



**CADERNO DE ENCARGOS**  
**AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS**  
**MUNICIPAIS**



MUNICÍPIO DE  
**ESPINHO**



ER-0089/2015

	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b>		
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS</b>	
	<b>NIPG</b>	<b>6424/25</b>	
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	<b>CODIFICAÇÃO</b> PS02-00-IMP-02   07

## Índice

<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1.ª   Objeto .....	3
Cláusula 2.ª   Contrato .....	3
Cláusula 3.ª   Prazo de vigência do contrato .....	4
Cláusula 4.ª   Preço base .....	4
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>5</b>
<b>SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR .....</b>	<b>5</b>
SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	5
Cláusula 5.ª   Obrigações gerais do fornecedor .....	5
Cláusula 6.ª   Condições do fornecimento do gás natural .....	6
Cláusula 7.ª   Condições de fornecimento .....	6
SUBSEÇÃO II - DEVER DE SIGILO .....	6
Cláusula 8.ª   Dever de sigilo .....	6
Cláusula 9.ª   Prazo do dever de sigilo .....	7
Cláusula 10.ª   Tratamento e proteção de dados pessoais .....	7
<b>SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO .....</b>	<b>8</b>
Cláusula 11.ª   Preço contratual.....	8
Cláusula 12.ª   Obrigações do contraente público.....	9
Cláusula 13.ª   Condições de pagamento .....	9
<b>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
Cláusula 14.ª   Penalidades contratuais .....	10
Cláusula 15.ª   Força maior.....	10
Cláusula 16.ª   Resolução por parte do contraente público .....	11
Cláusula 17.ª   Resolução por parte do fornecedor .....	12
<b>CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>12</b>
Cláusula 18.ª   Foro competente.....	12
<b>CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>12</b>
Cláusula 19.ª   Deveres de informação .....	12
Cláusula 20.ª   Subcontratação e cessão da posição contratual .....	12
Cláusula 21.ª   Modificação do contrato .....	13
Cláusula 22.ª   Comunicações e notificações .....	13
Cláusula 23.ª   Contagem dos prazos .....	13
Cláusula 24.ª   Legislação aplicável .....	13
Anexo A.....	14

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02   07

## CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

### Cláusula 1.ª | Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de gás natural para abastecimento dos edifícios municipais, sendo fornecido no concelho de Espinho, nas freguesias de Espinho, Silvalde, Paramos e Anta/Guetim.

2. Os edifícios municipais do fornecimento do gás natural e os seus respetivos códigos universais de instalação (CUI) são os seguintes:

- Piscina Solário Atlântico – CUI: PT1602000001027242BG;
- Piscina Municipal de Espinho – CUI: PT1602000001229658WC;
- Biblioteca Municipal de Espinho – CUI: PT1602000001214043JE;
- Parque de Campismo de Espinho – CUI: PT1602000001134934RX;
- JI/EBI Espinho 2 – CUI: PT1602000001254908LQ;
- Centro Escolar de Anta – CUI: PT1602000001247833BW;
- Centro Escolar de Silvalde – CUI: PT1602000001251030NW;
- Nave Desportiva de Espinho – CUI: PT1602000001262079DB;
- Escola Básica Integrada Sá Couto – CUI: PT1602000001199290QN;
- Escola Básica Integrada Sá Couto – CUI: PT1602000001196759KB;
- Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida – CUI: PT1602000001217127XR;
- Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira – CUI: PT1602000001228081AF;
- USF Anta – CUI: PT1602000001028763PF;
- Habitação Rua Manuel Areia 263 RCESQ – CUI: PT1602000001171054FC;
- Habitação Ponte D´Anta b B.L. 2. A – CUI: PT1602000001219948VQ;

3. O fornecedor dos bens, tem cabal conhecimento do objeto da presente aquisição de bens, não podendo como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução do contrato.

### Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- O presente caderno de encargos;
- A proposta adjudicada;
- Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02   07

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3.ª | Prazo de vigência do contrato

1. O contrato inicia a sua vigência no dia seguinte à data da sua outorga, pelo prazo de **365 dias** em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei.
2. O contrato cessará os seus efeitos atingindo o valor contratual.
3. O contrato pode, nos termos da alínea a) do artigo 312.º do CCP e por iniciativa do Município de Espinho, ser objeto de modificação para prorrogação do seu término se o preço contratual não tiver sido atingido em tal momento.

### Cláusula 4.ª | Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de **397.735,39€** [trezentos noventa e sete mil e setecentos e trinta e cinco euros e trinta e nove cêntimos] acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
2. O preço base é o resultado dos kWh (kilowats) estimados pelos seus preços unitários de acordo com os preços que, tem por referência:
  - a. O quadro legislativo e regulamentar em vigor;
  - b. O perfil de consumo expectável, apresentado nas peças do procedimento, que deve ser considerado como referência, não se responsabilizando a entidade adjudicante, por quaisquer alterações ao mesmo que possam ocorrer durante o período de vigência do contrato, podendo vir a ser solicitados fornecimentos de quantidade inferior ou superior à previsão desde que respeitando os limites e imposições legais do procedimento, nomeadamente, o do respetivo preço base.
3. Dada a especificidade do fornecimento em assunto, o preço base é necessariamente composto pela parcela referente à componente de energia e comercialização (€/kWh), em função do consumo efetivamente verificado, acrescida das tarifas de acesso às redes (TAR) e de outros custos obrigatórios regulados, tal como definidos, a cada momento, pela(s) entidade(s) competente(s), a fixação o preço base baseou-se no montante que será gasto para fazer face às necessidades do Município de Espinho num período de 12 meses.
4. O preço base definido no número 1 decorre da ponderação da faturação praticada ao longo dos últimos 12 meses no abastecimento de gás natural dos edifícios do Município de Espinho.

	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b>		
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS</b>	
	<b>NIPG</b>	<b>6424/25</b>	
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	<b>CODIFICAÇÃO</b> PS02-00-IMP-02   07

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

#### **SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Cláusula 5.ª | Obrigações gerais do fornecedor**

1. Nos termos do contrato a celebrar, o fornecedor obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações gerais:
  - a. Obrigação de garantir o fornecimento do gás natural, nos locais indicados na cláusula 1.ª do presente caderno de encargos e em perfeitas condições de ser utilizado, tendo em conta a sua natureza e o fim a que o mesmo se destina;
  - b. Obrigação de mediar e obter resposta esclarecedora, junto da entidade legalmente responsável pelo fornecimento de gás natural, em situações de falha no fornecimento ou de fornecimento sem a qualidade exigível pelos regulamentos aplicáveis, sendo da responsabilidade do fornecedor garantir o pagamento de eventuais indemnizações provenientes de danos e outros custos relacionados com a situação de fornecimento ou de fornecimento deficiente;
  - c. Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
  - d. O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
  - e. Comunicar ao contraente público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - f. Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - g. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente líquido;
  - h. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
  - i. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
  - j. Cooperar com o contraente público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02   07

- i. Quando um titular dos dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo fornecedor em representação do contraente público;
- ii. Quando o contraente público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional da Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

3. Na execução do presente fornecimento de bens, o fornecedor fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o Gestor do Contrato considere necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este venha a fixar.

4. O fornecedor fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

#### Cláusula 6.ª | **Condições do fornecimento do gás natural**

1. O fornecedor iniciará o fornecimento do gás natural nos edifícios municipais no prazo de 15 dias contados desde o primeiro dia útil seguinte à data da outorga do contrato.
2. O perfil dos consumos para os vários locais objeto do contrato, verificados nos anos 2022 a 2025, é apresentado para cada instalação, a título informativo, no **Anexo A** do presente caderno de encargos.
3. Se no decorrer da vigência do contrato, vierem a ser criadas novas instalações, ou transferidas, as mesmas poderão integrar o presente contrato ao abrigo de todas as condições contratualizadas, até ao limite do valor contratual.

#### Cláusula 7ª | **Condições de fornecimento**

1. Os bens objeto do contrato devem ser fornecidos nos edifícios mencionados na Cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos.
2. O fornecedor deve proceder ao fornecimento de gás natural nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento de Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais emitidos pela ERSE.

### SUBSECÃO II - DEVER DE SIGILO

#### Cláusula 8.ª | **Dever de sigilo**

1. O fornecedor obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O fornecedor obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	<b>CODIFICAÇÃO</b> PS02-00-IMP-02   07

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5. O fornecedor obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.

6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

7. O fornecedor não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do contraente público sem o consentimento prévio deste.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup> | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup> | **Tratamento e proteção de dados pessoais**

1. O fornecedor compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:

- Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
- Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- Prestar ao contraente público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02   07

- f) Manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao fornecedor, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.
2. O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4.º do RGPD.
4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo fornecedor é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o contraente público.
5. O fornecedor deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

## SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

### Cláusula 11.<sup>a</sup> | Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho obriga-se a pagar ao fornecedor o preço por kWh



	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02   07

(parcela não regulada do preço de venda do gás natural) determinadas nos termos da seguinte expressão matemática, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido:

$$PE = Indexante + P2$$

Em que:

**PE** = Preço da energia por kWh (parcela Não Regulada);

**Indexante** = Valor médio dos preços diários da energia, que serve de referência para cálculo do PEm, divulgado na(s) fonte(s) constante da proposta adjudicada, em kWh;

**P2** = preço fixo da energia por kWh, constante da proposta adjudicada, **que não pode em caso algum ser superior a 0,015 EUR/kWh**, independentemente do escalão de consumo.

2. O somatório do preço por kWh, multiplicado pelas quantidades efetivas de consumo e acrescido de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao adjudicatário e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras não pode, em qualquer caso, ser superior ao valor 397.735,39€ (trezentos noventa e sete mil setecentos e trinta e cinco euros e trinta e nove cêntimos) para o período de vigência do contrato a que acresce IVA à taxa legal.

3. Os preços constantes da proposta (P2) não são revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas respeitantes às tarifas de acesso à rede fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não submetidas à concorrência, bem como outras parcelas taxadas, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup> | Obrigações do contraente público

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o contraente público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo, próprio das melhores práticas.

2. Constituem ainda obrigações do contraente público:

- Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o fornecedor de bens, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- Monitorizar a qualidade dos bens adquiridos;
- Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
- Efetuar o pagamento devido dentro do prazo fixado.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup> | Condições de pagamento

1. A emissão das faturas eletrónicas pelo fornecedor deverá ser feita mensalmente e será paga por transferência bancária.

2. As quantias devidas pelo contraente público, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da(s) devida(s) fatura(s) e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexas, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do objeto contrato, o número do procedimento de contratação, bem como o número de compromisso (requisição externa de despesa).

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02   07

3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores ou quantidades indicadas na(s) fatura(s) deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da(s) fatura(s).
4. As faturas eletrónicas a emitir pelo fornecedor deverão ser enviadas através da solução iLink, acessível em <https://www.ilink.pt><sup>1</sup>.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo contraente público, não será objeto de qualquer cobrança adicional.
6. O atraso em um ou mais pagamentos, não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente caderno de encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens, terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

### CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

#### Cláusula 14.<sup>a</sup> | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos indicados no articulado do Regulamento da Qualidade de Serviço do setor do gás natural em vigor durante o período de vigência do contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup> | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte

<sup>1</sup> O iLink dispõe de uma linha de apoio para colocação de qualquer questão que possa surgir, disponível através do email [apoio@ilink.pt](mailto:apoio@ilink.pt) ou pelo telefone 707 451 451. Os operadores económicos estão isentos de custos de transação na utilização da solução, no envio das faturas para o Município de Espinho.

	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b>		
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS</b>	
	<b>NIPG</b>	<b>6424/25</b>	
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	<b>CODIFICAÇÃO</b> PS02-00-IMP-02   07

afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup> | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente no seguinte caso pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 20 dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O contrato pode também ser resolvido pelo contraente público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do fornecedor:

- Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
- Prestação de falsas declarações;
- Estado de falência ou insolvência;
- Cessaçã da atividade;
- Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.

3. direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Espinho.

	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b>		
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS</b>	
	<b>NIPG</b>	<b>6424/25</b>	
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	<b>CODIFICAÇÃO</b> PS02-00-IMP-02   07

#### Cláusula 17.<sup>a</sup> | **Resolução por parte do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula sob epígrafe (Foro competente).
- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

### **CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### Cláusula 18.<sup>a</sup> | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### Cláusula 19.<sup>a</sup> | **Deveres de informação**

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup> | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

- Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Fornecedor pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
- Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
- O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
- Em caso de incumprimento pelo Fornecedor que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	
	NIPG	6424/25	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS URBANOS	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02   07

contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.

5. A cessação da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

#### Cláusula 21.ª | **Modificação do contrato**

- Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação, à data em que pretende ver introduzida a alteração.
- O contrato pode ser alterado por:
  - Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - Decisão judicial ou arbitral;
  - Razões de interesse público, alterações anormais e imprevisíveis de circunstâncias ou, ainda e por iniciativa do Município de Espinho, em execução de cláusula contratual que preveja possibilidade de modificação do contrato, nos termos do artigo 312.º do CCP.
- A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

#### Cláusula 22.ª | **Comunicações e notificações**

- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 23.ª | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no artigo 471.º do CCP.

#### Cláusula 24.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

A Presidente da Câmara Municipal,

**CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS****NOME DO  
PROCEDIMENTO****AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA EDIFÍCIOS MUNICIPAIS****NIPG****6424/25****UNIDADE ORGÂNICA**DIVISÃO DE INTERVENÇÃO URBANA E EQUIPAMENTOS  
URBANOS**CODIFICAÇÃO**

PS02-00-IMP-02 | 07

2025,EXP.I,CP,1937

**Anexo A**

Caracterização dos Perfis dos Locais de Consumo  
**(Consumos dos últimos 48 meses)**

**ANEXO A1 – Consumos 2025****ANEXO A2 – Consumos 2024****ANEXO A3 – Consumos 2023****ANEXO A4 – Consumos 2022**

Quadro 1 - Caraterização dos vários Locais de Consumo 2025																																												
INSTALAÇÕES DE GÁS		LOCALIZAÇÃO	CODIGO POS	FREGUESIA	GÁS	CUI   N.º CLIENTE	Perfil de Consumo	jan/25			fev/25			mar/25			abr/25			mai/25			jun/25			jul/25			ago/25			set/25			out/25			nov/25			dez/25			TOTAL ANUAL
GÁS NATURAL								QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA				
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS																																												
PISCINA SOLÁRIO ATLÂNTICO		Rua 6 N.º 278	4500-358	Espin	ESPINHO	Gás   Natural	PT1602000001022742BG	> 100.000 & < 1.000.000	100 449	7 805,14 €	9 600,32 €	91 526	7 365,07 €	9 059,04 €	101 194	8 195,48 €	10 080,44 €	84 393	6 161,14 €	7 578,20 €																								
PISCINA MUNICIPAL DE ESPINHO		Avenida 32	4500-138	Espin	ESPINHO	Gás   Natural	PT160200000122965BWC	> 100.000 & < 1.000.000	214 996	16 495,00 €	20 288,95 €	177 006	14 124,05 €	17 372,58 €	200 229	16 202,85 €	19 929,51 €	152 117	11 180,96 €	13 752,58 €																								
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ESPINHO		Avenida 24	4500-358	Espin	ESPINHO	Gás   Natural	PT1602000001214043JE	< 10.000	10 013	1 048,03 €	1 285,24 €	12 402	1 331,55 €	1 630,80 €	7 295	793,69 €	971,23 €	2 562	260,02 €	319,82 €																								
PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL		Rua Nova da Pr	4500-083	Espin	ESPINHO	Gás   Natural	PT1602000001134934RX	< 10.000	778			871	98,79 €	120,93 €	1 661	183,65 €	225,24 €	1 736	177,34 €	218,10 €																								
NAVE DESPORTIVA DE ESPINHO		Rua da Gúmbri	4500-000	Espin	ANTA	Gás   Natural	PT16020000012620790B	> 10.000 & < 100.000	16 905	1 319,24 €	1 622,67 €	14 827	1 200,39 €	1 476,48 €	16 615	1 364,40 €	1 678,21 €	14859	1 102,91 €	1 356,58 €																								
ESCOLAS																																												
EB1 ESPINHO 2		Rua 29	4500-000	Espin	ESPINHO	Gás   Natural	PT1602000001254908LQ	> 10.000 & < 100.000	2 090	407,67 €	506,17 €	2 480	268,98 €	330,84 €	2 889	316,65 €	389,48 €	652																										
CENTRO ESCOLAR DE ANTA		Rua das Escolas	4500-130	Espin	ANTA	Gás   Natural	PT1602000001247833BW	> 10.000 & < 100.000	3 363	353,17 €	433,98 €	4 485	483,71 €	594,38 €	4 687	301,60 €	370,97 €	4366	476,60 €	585,59 €																								
CENTRO ESCOLAR DE SILVALDE		Rua de Santiagi	4500-000	Espin	ESPINHO	Gás   Natural	PT1602000001251030NW	> 10.000 & < 100.000	329	92,03 €	113,20 €	444	108,34 €	133,26 €	407	47,84 €	54,00 €	92																										
EB1 SA COUTO		Rua 34 S/N	4500-319	ANTA	Gás   Natural	PT1602000001199290QN	<10.000	146	16,79 €	20,59 €	177	20,43 €	25,06 €	285	33,32 €	40,50 €	323	30,79 €	37,88 €																									
EB1 SA COUTO		Rua 34 S/N	4500-319	ANTA	Gás   Natural	PT1602000001196759KB																																						
ES MANUEL LARANJEIRA		Praceta Manue	4500-023	ANTA	Gás   Natural	PT1602000001228081AF	<10.000	23 768	2 482,57 €	3 053,56 €	22 948	2 460,94 €	3 026,37 €	21 309	2 310,00 €	2 841,30 €	22 382	2 288,20 €	2 814,60 €																									
ES MANUEL GOMES DE ALMEIDA		Rua 35 N.º 852	4500-231	Espin	ESPINHO	Gás   Natural	PT1602000001217127XR	<10.000	5 832	1 087,02 €	1 335,81 €	5 810	625,61 €	769,50 €	6 597	718,11 €	883,28 €	1 702	171,00 €	210,33 €																								
TOTAL GÁS NATURAL								348 923	27 520,28 €	33 844,53 €	304 041	24 980,88 €	30 718,31 €	334 977	27 406,16 €	33 699,08 €	260 777	19 358,97 €	23 810,87 €	3 376	348,33 €	428,45 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	0	0,00 €	0,00 €	1 344 322
Outros								QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA				
Habitação apoio empreitada Bloco F		Rua Manuel An	4500-608	Espin	Silvalde	Gás   Natural	PT1602000001171054FC	<10.000	218	24,95 €	30,64 €	255	29,92 €	36,72 €	290	36,86 €	45,33 €	284	31,30 €	38,51 €																								
		Ponte D'Anta b	4500-001	Anta	Anta	Gás   Natural	PT1602000001219948VQ	<10.000				39	4,69 €	5,69 €	40	4,69 €	5,70 €																											
USF								QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA																						
USF ANTA		Rua do Passal d	4500-065	Anta	Gás   Natural	PT1602000001028763PF	<10.000	6 093	639,22 €	785,61 €	6 093	655,92 €	806,20 €	3 447	377,06 €	463,15 €	2 723	276,12 €	339,60 €	91	8,36 €	10,28 €																						





Quadro 1 - Caracterização dos vários Locais de Consumo 2023

INSTALAÇÕES DE GÁS	LOCALIZAÇÃO	CODIGO POSTAL	FREGUESIA	GÁS	CUI   N.º CLIENTE	Perfil de Consumo	jan/23			fev/23			mar/23			abr/23			mai/23			jun/23			jul/23			ago/23			set/23			out/23			nov/23			dez/23			TOTAL ANUAL
							QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh			
GÁS NATURAL																																											
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS																																											
PISCINA SOLÁRIO ATLÂNTICO																																											
PISCINA MUNICIPAL DE ESPINHO																																											
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ESPINHO																																											
PARQUE DE CAMPSMO MUNICIPAL																																											
NAVE DESPORTIVA DE ESPINHO																																											
ESCOLAS																																											
I / EB1 ESPINHO 3																																											
EB1 ESPINHO 2																																											
CENTRO ESCOLAR DE ANTA																																											
CENTRO ESCOLAR DE SILVALDE																																											
ES MANUEL GOMES DE ALMEIDA																																											
TOTAL GÁS NATURAL																																											

Quadro 1 - Caracterização dos vários Locais de Consumo 2022

INSTALAÇÕES DE GÁS		LOCALIZAÇÃO	CODIGO POSTAL	FREGUESIA	GÁS	CU   N.º C IENTE	Perfil de Consumo	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	ma/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	TOTAL ANUAL																								
GÁS NATURAL								QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh	Total s/IVA	Total c/IVA	QT/KWh						
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS																																												
PISCINA SOLÁRIO ATLÂNTICO							>100.000 & < 1.000.000	86 922	9 294,57 €	11 432,32 €	117 860	12 457,59 €	15 322,84 €	129 735	19 444,64 €	23 916,91 €	121 620	13 672,04 €	16 816,61 €	95 726	9 688,12 €	11 916,39 €	82 811	10 003,11 €	12 303,83 €	75 073	11 506,42 €	14 152,90 €	73 957	13 507,56 €	16 614,30 €	66 680	9 739,49 €	11 979,57 €	94 031	8 264,60 €	10 165,46 €	111 120	11 908,50 €	14 647,46 €	1 055 535			
Avenida 32							4500-138 Espinho	ESPINHO	Gás   Natural	161 241	17 177,88 €	21 128,79 €	145 991	15 492,60 €	19 050,90 €	139 797	21 053,77 €	25 896,14 €	111 862	12 672,73 €	15 587,00 €	72 584	7 483,30 €	9 204,46 €	55 185	6 818,94 €	8 387,30 €	27 125	4 384,17 €	5 392,53 €	7 499	1 654,91 €	2 035,54 €	21 341	3 345,55 €	4 115,03 €	75 697	6 790,52 €	8 352,34 €	118 701	12 919,23 €	15 890,65 €	937 023	
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ESPINHO							<10.000	2 206	288,39 €	354,23 €	1 365	168,79 €	207,17 €	6 397	3 524,56 €	4 934,71 €	2 833	366,49 €	450,31 €	3 582	843,03 €	1 036,43 €	2 391	327,76 €	402,67 €	1 983	406,99 €	500,10 €	-372,50 €	1 983	406,99 €	500,10 €	-513,88 €	2 821	294,61 €	361,90 €	23 578			23 578				
PARQUE DE CAMPSMO MUNICIPAL							<10.000	2 334	178,10 €	218,57 €	1 994	245,36 €	301,35 €	-102,02 €			-128,94 €	1 119	133,36 €	163,54 €	812	80,64 €	98,71 €				7 457	139,31 €	170,86 €	7 457	147,78 €	181,27 €	1 330	2 707,53 €	3 329,79 €	1 826	209,81 €	257,60 €	1 661	215,75 €	264,92 €	25 990		
NAVE DESPORTIVA DE ESPINHO							>10.000 & < 100.000	11 916	1 269,97 €	1 562,06 €	11 190	1 187,90 €	1 461,12 €	12 405	1 865,29 €	2 294,31 €	11 229	1 268,9 1560,75		9 972	1 013,35 €	1 246,42 €	9 444	1 142,63 €	1 405,43 €	10 574	1 618,68 €	1 990,98 €	9 106	1 665,11 €	2 048,09 €	9 680	1 411,01 €	1 735,54 €	10 828	955,82 €	1 175,66 €	11 559	1 233,69 €	1 517,44 €	117 903			
ESCOLAS																																												
n / EB1 ESPINHO 3							<10.000	113	17,30 €	21,20 €	128	29,68 €	36,43 €	125	22,00 €	26,98 €	174	69,96 €	85,98 €	156	19,67 €	24,12 €	119	2,19 €	2,62 €	-3,43 €			90	19,38 €	23,76 €	102	17,47 €	21,42 €	-27,24 €	110	11,59 €	14,18 €	1 117			1 117		
EB1 ESPINHO 2							>10.000 & < 100.000	147	109,56 €	134,42 €	188	294,71 €	362,19 €	1 476	248,19 €	304,93 €	1 955	882,32 €	1 084,93 €	1 826	216,56 €	266,03 €	1 922	470,70 €	578,49 €	1 783	302,45 €	371,53 €	1 410	73,30 €	89,66 €	-32,43 €	1 927	202,13 €	248,15 €	1 862	206,87 €	253,99 €	14 496			14 496		
CENTRO ESCOLAR DE ANTA							>10.000 & < 100.000	5 244	868,43 €	1 067,67 €	3 207	393,04 €	483,00 €	8 125	2 548,45 €	3 134,10 €	6 417	826,57 1016,21		5 638	702,71 €	863,84 €	4 039	551,74 €	678,17 €	3 273	669,87 €	823,57 €	3 273	669,87 €	823,45 €	3 117	78,28 €	95,81 €	4 445	462,62 €	568,56 €	4 570	660,83 €	812,36 €	51 348			51 348
CENTRO ESCOLAR DE SILVALDE							>10.000 & < 100.000	12 553	1 692,37 €	2 081,12 €	6 849	816,42 €	1 028,36 €	13 324	2 886,37 €	3 549,74 €	5 428	699,60 €	860,03 €	15 730	1 895,63 €	2 331,13 €	3 880	530,13 €	661,59 €	3 666	618,84 €	760,68 €	6 988	1 243,77 €	1 529,34 €	3 554	573,36 €	704,76 €	4 633	962,48 €	1 183,38 €	11 765	1 730,86 €	2 128,50 €	88 370			88 370
TOTAL GÁS NATURAL								282 676	30 896,57 €	38 000,38 €	288 772	31 106,09 €	38 258,36 €	311 384	51 593,27 €	63 355,80 €	261 518	30 458,61 €	37 332,88 €	206 333	21 995,79 €	27 052,36 €	160 603	19 927,84 €	24 508,81 €	128 951	19 239,74 €	23 287,12 €	111 763	19 388,67 €	23 845,51 €	105 804	17 872,69 €	21 435,61 €	196 208	18 142,39 €	22 285,81 €	261 348	28 887,32 €	35 529,50 €	0	0,00 €	0,00 €	2 315 360